



ARTIGO
DOI: 10.5216/rppoi.v21.74624
EDUCAÇÃO

**COLABORAÇÃO ENTRE PROFESSOR DA SALA DE AULA COMUM E
PROFISSIONAL ESPECIALIZADO: ESTRATÉGIAS EFICAZES COM ENSINO
COLABORATIVO**

**COLLABORATION BETWEEN ORDINARY CLASSROOM TEACHER
AND SPECIALISED PROFESSIONAL: EFFECTIVE STRATEGIES WITH
COLLABORATIVE TEACHING**

**COLABORACIÓN ENTRE EL PROFESOR DE AULA ORDINARIA Y EL
PROFESIONAL ESPECIALIZADO: ESTRATEGIAS EFICACES CON LA
ENSEÑANZA COLABORATIVA**

Ianka da Silva Dantas¹- <https://orcid.org/0000-0002-8926-6678>

Agenor Sousa Silva Junior²- <https://orcid.org/0000-0001-7237-3859>

Fabrícia Gomes da Silva Diniz³- <https://orcid.org/0000-0002-1342-334X>

Resumo

O ensino colaborativo envolve a cooperação professor da sala de aula comum e profissional especializado para enfrentar juntos os desafios de aprendizagem presentes na comunidade escolar. Este estudo explorou a perspectiva do ensino colaborativo através da visão de duas professoras que atuam no ensino básico, levando em conta os conhecimentos adquiridos durante a formação e a prática pedagógica na atuação. Uma professora atua na rede pública de ensino e a outra na rede privada, em diferentes municípios: Dom Expedito Lopes - PI e Picos - PI. A metodologia deste estudo se baseou na revisão bibliográfica, recorrendo a autores como Zerbato e Enicéia (2018), Ponte (2022) e Erben e Mello (2023). Os resultados evidenciam que o ensino colaborativo ainda não é uma realidade para muitas das participantes, embora ambas reconheçam sua importância. No entanto, há desconhecimento dos princípios

¹Pós-graduanda em Psicopedagogia Clínica e Institucional (FACET). Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia (UESPI). Membro do Grupo de Estudos em Educação Inclusiva (GEEI). E-mail: iankadantas2015@gmail.com

²Pós-graduando em Psicopedagogia Clínica e Institucional (FACET). Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia (UESPI). Membro do Grupo de Estudos em Educação Inclusiva (GEEI). E-mail: agenorjr0912@gmail.com

³Professora da Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Mestrado em Educação (UECE). Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional (Faculdade Kurios). Especialista em Neurociência e Educação (Centro Universitário Celso Lisboa). Licenciada em Pedagogia (URCA). Líder do Grupo de Estudos em Educação Inclusiva (GEEI). E-mail: fabriciagomes@pcs.uespi.com

subjacentes, das estratégias para uma prática mais eficaz e dos objetivos a longo prazo. Esse achado impacta significativamente na eficácia de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Palavras-chave: Ensino colaborativo. professores. Educação inclusiva.

Abstract

Collaborative teaching involves the cooperation of a common classroom teacher and a specialized professional to face together the learning challenges present in the school community. This study explored the perspective of collaborative teaching through the perspective of two teachers who work in basic education, considering the knowledge acquired during training and the pedagogical practice in action. One teacher works in the public-school network and the other in the private network, in different municipalities: Dom Expedito Lopes - PI and Picos - PI. The methodology of this study was based on a bibliographic review, using authors such as Zerbato and Enicéia (2018), Ponte (2022) and Erben and Mello (2023). The results show that collaborative teaching is not yet a reality for many of the participants, although both recognize its importance. However, there is a lack of knowledge about the underlying principles, the strategies for a more effective practice and the long-term goals. This finding significantly impacts the effectiveness of a truly inclusive education.

Keywords: Collaborative teaching. teachers. inclusive education

Resumen

La enseñanza colaborativa implica la cooperación del profesor de aula ordinaria y del profesional especializado para afrontar juntos los retos de aprendizaje presentes en la comunidad escolar. Este estudio exploró la perspectiva de la enseñanza colaborativa desde el punto de vista de dos profesores de enseñanza primaria, teniendo en cuenta los conocimientos adquiridos durante su formación y su práctica pedagógica. Un profesor trabaja en el sistema escolar público y el otro en el privado, en municipios diferentes: Dom Expedito Lopes - PI y Picos - PI. La metodología de este estudio se basó en una revisión de la literatura, utilizando autores como Zerbato y Enicéia (2018), Ponte (2022) y Erben y Mello (2023). Los resultados muestran que la enseñanza colaborativa aún no es una realidad para muchos de los participantes, aunque ambos reconocen su importancia. Sin embargo, existe una falta de conocimiento sobre los principios subyacentes, las estrategias para una práctica más eficaz y los objetivos a largo plazo. Este hallazgo tiene un impacto significativo en la eficacia de una educación verdaderamente inclusiva.

Palabras clave: Enseñanza colaborativa. profesores. Educación inclusiva.

Data de submissão: 19/08/2023

Data de aceite: 30/11/2023

Introdução

O debate sobre inclusão escolar tem ganhado força com o aumento do número de alunos com deficiência matriculados nas

escolas regulares. A matrícula desses alunos é resultado de conquistas sociais, pois, por muito tempo, pessoas com deficiência foram invisíveis no sistema educacional e impedidas de frequentar escolas regulares.

No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituída pela Lei nº 13.146/2015, garante a matrícula de crianças com deficiência nas escolas e abrange diversos aspectos da vida das pessoas com deficiência, incluindo a educação.

Os estudos relacionados à educação inclusiva e formação de professores têm sido temas frequentes em pesquisas e estudos que abordam a verdadeira essência da inclusão educacional. O ambiente escolar é composto por indivíduos com diversas singularidades e demandas específicas. A literatura cada vez mais destaca a importância de não apenas garantir a matrícula, mas também assegurar a permanência e a efetiva escolarização de todos os alunos, principalmente, no que se refere à educação especial.

Está cada vez mais evidente a necessidade de professores que possuam estratégias para intervenção nos aspectos educacionais e didáticos, visando a colaboração para um ensino eficaz que considere as singularidades e atenda às demandas advindas do funcionamento global de cada criança, trabalhando suas potencialidades e minimizando ou eliminando as dificuldades.

É importante ressaltar que não é adequado atribuir unicamente ao professor a responsabilidade pela inclusão de alunos com necessidades específicas. É fundamental compreender que o professor, por si só, não detém o poder de garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos. A promoção de uma educação voltada para a diversidade vai além do papel individual do professor e requer o engajamento de toda a comunidade escolar, incluindo gestores, equipes de suporte, famílias e a sociedade como um todo.

É exatamente por essa razão que destacaremos o papel do ensino colaborativo, com o objetivo de demonstrar que a colaboração entre professor da sala de aula comum e profissional especializado pode ser

uma estratégia altamente eficaz para o ensino personalizado que responde às necessidades presentes no ambiente escolar.

A relevância deste trabalho se deve à demanda por uma prática que una diversos conhecimentos e experiências, a fim de identificar as abordagens pedagógicas mais adequadas e realizar adaptações curriculares que ofereçam suporte individualizado. Isso pode assegurar que todos os alunos recebam uma educação adequada às suas necessidades. Nesse sentido, acreditamos que a prática colaborativa desempenha um papel significativo nesse processo.

A estrutura do artigo é organizada da seguinte forma: inicia com a introdução, onde é abordado a problemática, a justificativa e o objetivo da pesquisa. Logo depois, é detalhada a metodologia empregada no estudo. Em seguida, são apresentadas as seções: "Ensino colaborativo: um trabalho em equipe", "Prática colaborativa e estratégias educacionais para alunos com necessidades específicas" e "Explorando a perspectivas de educadores sobre o Ensino Colaborativo". Posteriormente, são apresentadas as considerações finais, seguidas das referências bibliográficas utilizadas para compor o estudo.

Percursos metodológico

A presente pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa. De acordo com Silveira e Córdova (2009, p. 33), "a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc." Este estudo possui um caráter exploratório, objetivando investigar um objeto de estudo específico. Conforme Moresi (2003, p. 9), "A investigação exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado".

Além disso, o presente estudo é caracterizado como uma pesquisa bibliográfica, conforme a definição de

Moresi (2003, p. 10), “é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”. Como fundamentação teórica, foram utilizadas referências de autores renomados, como GrazzinoII (2022), Zerbato e Enicéia (2018), Ponte (2022) e Erben e Mello (2023).

Trata-se, também, de uma pesquisa de campo, na qual o pesquisador tem a oportunidade de estabelecer um contato mais direto com o objeto de estudo. Segundo Silveira e Córdova (2009, p. 39), a pesquisa de campo “caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa”.

Participaram da pesquisa duas professoras, uma do ensino público e outra de uma instituição privada, ambas atuantes na Educação Infantil. A seleção desses profissionais foi motivada pelo interesse em compreender a perspectiva de ambas, que estão inseridas em realidades diversas, em relação ao Ensino Colaborativo.

Para a coleta dos dados, utilizou-se um questionário. De acordo com Gil (2008, p. 121), o questionário é “a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses (...)”. O questionário continha oito perguntas, divididas em duas partes. As quatro primeiras visavam à caracterização o perfil das participantes, enquanto as quatro restantes eram questões fechadas específicas sobre o tema estudado. O questionário foi disponibilizado aos participantes de forma impressa e aplicado presencialmente no período de oito de junho a 8 de agosto de 2023.

Os dados foram submetidos a uma análise qualitativa, fundamentada no referencial teórico adotado. Nesse enfoque, “o pesquisador busca analisar esses dados em

toda sua complexidade, respeitando ao máximo a forma como foram registrados ou transcritos” (Teixeira, 2015, p.11).

Ensino colaborativo: um trabalho em equipe

O ensino colaborativo é uma abordagem educacional que enfatiza a colaboração entre professores, alunos e outros profissionais para criar um ambiente de aprendizagem inclusivo. A educação inclusiva é um esforço coletivo que requer a participação de toda a comunidade escolar. O professor desempenha um papel fundamental na promoção da educação inclusiva, pois, é responsável por planejar, adaptar e ministrar as aulas de forma a atender às necessidades de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência ou dificuldades de aprendizagem. No entanto, o professor precisa contar com o apoio de outros profissionais para garantir o sucesso dessa abordagem.

Estudos sobre inclusão escolar tem demonstrado que os profissionais da escola que atuam individualmente nas salas de aula não possuem respostas para a maior parte das dificuldades apresentadas pelos estudantes e não são capazes de realizar processos reais de ensino com deficiência quando trabalham individualmente (Vilaronga; Mendes, 2014, p.140).

Ao trabalhar de forma isolada os professores podem lidar com dificuldades específicas que requerem conhecimentos mais especializados. É nesse sentido que o professor de apoio (Profissional Especializado) pode pensar, em conjunto, com o professor regente, estratégias que proporcionem a resolução das dificuldades. Em outras palavras, é “um tipo de prestação de serviço e apoio no qual um professor do ensino comum e um professor especializado dividem a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar o ensino a um grupo heterogêneo de estudantes” (Zerbato, Mendes; Vilaronga, 2013, p. 7).

A preocupação com a aprendizagem dos estudantes, além de ter que partir dos próprios educadores, também é respaldada em lei pela Declaração de Salamanca (1994, p. 3), que reforça a importância e a responsabilidade da escola com todos, independentes de suas limitações:

Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e, portanto, possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante sua escolarização. Escolas devem buscar formas de educar tais crianças bem-sucedidamente, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. Existe um consenso emergente de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devam ser incluídas em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças.

Não se pode negar a importância fundamental do professor da sala de aula comum como uma das figuras centrais para assegurar o êxito acadêmico dos estudantes. Diariamente, é esse profissional que consegue captar informações valiosas que moldarão o processo educacional, atentando minuciosamente para as particularidades de cada aluno. Ao fazê-lo, ele consegue delinear estratégias eficazes para aprimorar o bem-estar dos estudantes e a qualidade de sua aprendizagem, consequentemente aumentando significativamente suas chances de sucesso escolar.

O que acontece na prática é que existe alunos que podem apresentar “um conjunto de alterações no desenvolvimento cerebral que envolve um comprometimento das habilidades sociais, comunicativas e comportamentais” (Ponte, 2022, p. 9) o que pode ocorrer, por exemplo, no autismo, que considera um conjunto de espectros que pode variar em níveis de complexidade.

É por isso que o professor regente como uma das partes fundamentais no ato de incluir, pode enfrentar desafios ao lidar com as necessidades diversificadas dos alunos em

sala de aula. Para evitar sobrecarga e frustração, é essencial que o professor receba apoio de outros profissionais, como educadores especiais, psicólogos, terapeutas e outros especialistas, pois, estes, também fazem parte de um ensino colaborativo.

A distribuição das responsabilidades em relação ao planejamento e à gestão da turma, como um todo, é um objetivo a ser atingido, uma vez que a implementação desse processo traz consigo novas interações profissionais, mudanças na dinâmica da sala de aula e abordagens pedagógicas distintas, as quais se consolidam na prática diária, por meio da ação e reflexão (Vianna; Mascaro; Maretti; Braun, 2015).

O Ministério da Educação - MEC (BRASIL, 2010, p. 4) aponta algumas das ajudas necessárias que o professor regente precisa ter em determinados casos, tais como:

- Profissionais de apoio às atividades de locomoção, higiene, alimentação, prestam auxílio individualizado aos estudantes que não realizam essas atividades com independência. Esse apoio ocorre conforme as especificidades apresentadas pelo estudante, relacionadas à sua condição de funcionalidade e não à condição de deficiência.
- A demanda de um profissional de apoio se justifica quando a necessidade específica do estudante público-alvo da educação especial não for atendida no contexto geral dos cuidados disponibilizados aos demais estudantes.
- Em caso de educando que requer um profissional “acompanhante” em razão de histórico segregado, cabe à escola favorecer o desenvolvimento dos processos pessoais e sociais para a autonomia, avaliando juntamente com a família a possibilidade gradativa de retirar esse profissional.
- Não é atribuição do profissional de apoio desenvolver atividades educacionais diferenciadas, ao aluno público-alvo da educação especial, e nem responsabilizar-se pelo ensino deste aluno.
- O profissional de apoio deve atuar de forma articulada com os professores do aluno público-alvo da educação

especial, da sala de aula comum, da sala de recursos multifuncionais, entre outros profissionais no contexto da escola.

- Os demais profissionais de apoio que atuam no âmbito geral da escola, como auxiliar na educação infantil, nas atividades de pátio, na segurança, na alimentação, entre outras atividades, devem ser orientados quanto à observação para colaborar com relação no atendimento às necessidades educacionais específicas dos estudantes.

Ao contar com o suporte de outros profissionais, o professor regente se sente respaldado, fortalecido e capacitado para enfrentar os desafios da sala de aula. Isso contribui para a construção de um ambiente de ensino mais efetivo e promove a autoconfiança do professor, evitando a sensação de incapacidade. Essa rede de apoio fortalece a segurança dos profissionais na aplicação de práticas sistematizadas e pensadas realmente para atender as necessidades que emergem de especificidades de cada indivíduo saindo do “fazer de qualquer forma”.

A presença de profissionais especializados em educação inclusiva desempenha um papel crucial na adequação do planejamento e na forma como os alunos que aprendem de maneiras diversas são ensinados. Nesse contexto, a estratégia de ensino colaborativo se destaca como uma abordagem que busca superar práticas segregativas. A presença de um segundo professor em sala durante a aula é um exemplo dessa estratégia, oferecendo apoio no processo de ensino e proporcionando uma experiência mais inclusiva para todos os alunos (Vianna; Mascaro; Maretti; Braun, 2015).

Ao adotar o ensino colaborativo, a escola fortalece sua capacidade de proporcionar uma educação de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades. A colaboração entre os profissionais permite que a inclusão seja efetiva e significativa,

garantindo que cada aluno tenha a oportunidade de desenvolver suas habilidades e alcançar seu pleno potencial acadêmico e social.

Portanto, o ensino colaborativo é fundamental para a construção de uma educação inclusiva e igualitária, onde cada aluno é valorizado e respeitado em suas individualidades. A união dos esforços de todos os profissionais envolvidos é essencial para a construção de um ambiente de aprendizagem enriquecedor e acolhedor, onde todos possam aprender, crescer e se desenvolver plenamente.

Prática colaborativa e estratégias educacionais para alunos com necessidades específicas

A prática colaborativa e a aplicação de estratégias educacionais desempenham um papel essencial na abordagem das necessidades dos alunos que precisam de um ensino especializado, bem como para os demais alunos em sala de aula. O público-alvo da educação especial são estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

O professor tem o papel social de se preocupar e intervir nessas questões, assim como, nas dificuldades de específicas da aprendizagem, como exemplo: dislexia, discalculia, disgrafia, entre outras. Isso porque, o aluno tem o direito de aprender e participar do ambiente escolar. Importante ressaltar que o ensino com apoio do profissional especializado não substitui o papel do professor titular, mas, sim opera como um suporte adicional para superar dificuldades ligadas à aprendizagem.

A educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas

turmas comuns do ensino regular.
(Brasil, 2018, p. 16)

Conforme evidenciado, esse é um esforço cooperativo e de assistência mútua entre todas as partes envolvidas. O aluno não obtém benefícios significativos através de uma abordagem isolada. Isso implica que se o estudante apresenta necessidades específicas que demandam atenção individualizada, seu processo educacional deve ser conduzido de forma colaborativa, promovendo a inclusão e diversificando as estratégias de aprendizagem.

O sujeito pode, por exemplo, necessitar de adaptação curricular, isso pode envolver a simplificação ou adaptação de tarefas e requer um conhecimento sistemático e com objetivos bem definidos para não acabar excluindo o aluno na tentativa de inclui-lo. O aluno que necessita de estratégias de ensino diferenciadas precisa que o professor possa trabalhar com base no Plano de Ensino Individualizado (PEI) que é criado justamente para fazer um levantamento das dificuldades e potencialidades do aluno e quais habilidades precisam ser estimuladas. Esse plano é criado na parceria de coensino “a construção de uma cultura colaborativa que vise a parceria com professores de Educação Especial e profissionais especializados, a fim de elaborar e implementar práticas pedagógicas inclusivas” (Zerbato; Mendes, 2018, p. 149).

O objetivo é que todos os alunos possam se desenvolver plenamente com estratégias que ofereçam resultados e oportunize aprendizagens, isso é possível quando a equipe escolar observa, planeja e coloca em práticas ações que objetivam tornar não só aquele aluno em específico, mas, todos os alunos participativos. Para Silva Jr e Dantas (2022, p. 4) há uma estratégia a ser pensada:

Entender e repensar um novo princípio educacional que envolva todos os alunos, sejam eles, público-alvo ou não, da educação especial, requer a

necessidade de aprimoramento de conhecimentos curriculares, bem como estar aberto a novas estratégias que efetivem a inclusão das características individuais das crianças, sem deixar de lado os objetivos que regem o fazer pedagógico.

Não estamos buscando apresentar essa abordagem como algo simples ou pouco complexo, mas sim como uma atividade que ao ser considerada coletivamente, pode oferecer soluções que resultam em conquistas positivas. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015, p. 2) estabelece a necessidade de desenvolver um projeto pedagógico que incorpore serviços e ajustes razoáveis destinados a atender às particularidades dos estudantes com deficiência. Essas adaptações podem abranger uma variedade de recursos, estratégias e apoios, possibilitando a plena participação dos alunos com deficiência nas atividades educacionais, mas acreditamos que isso só é possível com o apoio mútuo.

Essa inclusão só pode ser efetiva se a vontade de acolher todos estiver arraigada não apenas na escola, mas também no interesse e na disposição de buscar uma diversidade de estratégias por parte de todos os profissionais da comunidade escolar que lidam com diversas realidades. Reconhecendo que a educação é um processo intrincado e multifacetado, é fundamental um compromisso contínuo com o progresso dos alunos, assim como a promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Apesar dos consideráveis avanços e conquistas jurídicas no campo da educação no Brasil, como é o caso da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), ainda se observa a perpetuação de espaços excludentes e práticas discriminatórias nas instituições de ensino, prejudicando os alunos que fazem parte da Educação Especial. Diante disso, nesse contexto, torna-se crucial uma contínua reflexão sobre os fatores que podem estar dificultando a efetivação de uma escola

verdadeiramente inclusiva. Mesmo que a legislação promova a ideia de planejamento abrangente para toda a classe, essa visão ainda está distante de alcançar sua plena realização (Grazzinoli, 2022).

Para que seja efetivado uma educação inclusiva não é qualquer profissional que está apto a oferecer essa prática colaborativa, ele deve ser capacitado e preparado para fornecer esse apoio. É preciso que os órgãos Federais, Estaduais e Municipais possam oferecer formação para capacitar profissionais de apoio a inclusão, pois para Erben e Mello (2023, p. 11) a: práticas colaborativas não significa a efetivação do Ensino Colaborativo, pois o Ensino Colaborativo ocorre no local em que o estudante com deficiência passa a maior parte do tempo durante a sua escolarização, a sala de aula.

Esses profissionais atuam em colaboração, unindo esforços para conceber e implementar as adaptações requeridas no currículo, desenvolvendo estratégias de planejamento e estruturação das aulas. Além disso, estabeleceriam os métodos de avaliação e definiriam como serão monitoradas as respostas às adaptações, a fim de determinar sua eficácia ou a necessidade de reestruturação.

A literatura aponta os benefícios do coensino trazendo o AEE como uma ponte de apoio a inclusão, no entanto, o ensino colaborativo não está previsto nas políticas nacionais como obrigatório (BRASIL, 2001, 2009, 2011, 2015), isso faz com que essa prática embora eficaz em outros países como Itália e Estados Unidos seja uma realidade ainda almejada na realidade brasileira no que concerne a educação inclusiva.

O trabalho baseado no ensino colaborativo, também conhecido como coensino, entre professores de educação especial e da sala regular, faz parte da proposta de alguns países para a inclusão escolar de alunos com deficiência, sendo esta apontada como uma das mais relevantes. No Brasil, esse modelo não é conhecido e/ou realizado

pela maioria dos municípios, sendo utilizado apenas em casos pontuais e experimentais (Vilaronga; Mendes, 2014, p. 142).

Apesar do aumento da conscientização sobre a educação inclusiva, a abordagem do coensino ainda não é amplamente difundida. Esse cenário pode ser atribuído a diversos fatores, sendo a falta de informação e a busca por estratégias eficazes por parte dos órgãos governamentais responsáveis, especialmente aquelas que já demonstraram sucesso em outros países, aspectos relevantes a considerar.

Outra resposta a esse a essa questão é o fato que muitas instituições ainda não adotam práticas com base em evidências científicas, tanto que as matrizes curriculares de muitos cursos de formação pouco abordam essas questões que são emergentes. Um ensino engessado e individual pouco colabora para uma educação inclusiva. Iremos analisar como o método de ensino colaborativo foi abordado durante a educação formal e, como resultado, sua aplicação na prática docente, por meio das respostas fornecidas por duas professoras.

Explorando a perspectivas de educadores sobre o Ensino Colaborativo

A pesquisa envolveu duas professoras, uma da rede pública de ensino de Dom Expedito Lopes - PI e outra de uma instituição privada em Picos – PI, ambas atuantes na educação infantil. Para garantir a confidencialidade dos participantes, conforme está afirmado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE, as duas professoras foram identificadas como "professora 1", da rede pública, e "professora 2", da instituição privada. As respostas coletadas estão apresentadas a seguir, juntamente com suas análises.

Inicialmente, procuramos determinar o gênero dos professores colaboradores do estudo, compreender a faixa etária, a formação acadêmica e a

experiência profissional. Ambas, professoras, são do sexo feminino, situam-se na faixa etária de 18 a 30 anos, possuem formação em pedagogia e estão atualmente realizando especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Além disso, as professoras que colaboraram na pesquisa têm uma experiência de atuação na Educação Infantil de até 10 anos ou menos.

Foi realizado um levantamento para verificar se ao longo da formação das participantes houve o estudo e a discussão sobre o Ensino Colaborativo.

Sim, desde o começo da minha graduação os professores sempre colocavam o ensino colaborativo como o principal método a se seguir, mostrando os benefícios de construir uma sala de aula onde os alunos possam ser sujeitos ativos no processo de ensino e aprendizagem e tirando a figura do professor como único detentor do saber (Professora 1).

Não durante a formação não tive nem um tipo de contato com a temática (Professora 2).

A partir da análise das respostas dos participantes, fica evidente uma discrepância em suas formações. Enquanto a Professora 1 parece ter se aprofundado nos conceitos de ensino colaborativo durante sua formação, a Professora 2 não teve exposição ao tema ao longo de sua formação acadêmica. É evidente que a Professora 1, apesar de ter se deparado com o conceito de Ensino Colaborativo durante sua formação, pode não ter abraçado totalmente a conceito sobre a área, como refletido em sua fala: "mostrando os benefícios de construir uma sala de aula onde os alunos possam ser sujeitos ativos no processo de ensino e aprendizagem e tirando a figura do professor como único detentor do saber". Suas observações demonstram um certo afastamento da essência do Ensino Colaborativo em certos pontos.

A importância da formação de professores já é longamente apontada

nas pesquisas que envolvem a educação e não teria como ser diferente no tocante à Educação Especial, pelo contrário, percebemos o constante relato quanto ao déficit nesse campo. A falta de conhecimento influencia o professor, gera ansiedade, insegurança, atitudes paralisantes e pode fazer com que o trabalho realizado aconteça pautado em mitos e informações de senso comum, causando prejuízos significativos (Grazzinoli, 2022, p. 92).

Podemos constatar, a partir da correlação entre as falas das professoras e a autora citada, que sem uma formação e preparação adequadas, não seria possível colocar em ação o Ensino Colaborativo nas instituições de ensino. Podemos apontar como falha na formação desses profissionais a falta de abordagem do tema ou a ausência de ênfase na temática, o que prejudica uma melhor apropriação do conteúdo, impactando negativamente a aplicação eficaz em sala de aula.

Através do questionário, procurou-se analisar se durante a formação das colaboradoras, elas tiveram a oportunidade de vivenciar essa prática em campo e como ocorreram esses preparos e experiência, conforme exposto abaixo.

Em partes, eu pude vivenciar com a experiência de auxiliar de sala, fui auxiliar de uma professora que tinha métodos tradicionais de ensino, como auxiliar eu não tinha total liberdade para aplicar a metodologia que eu gostaria, sempre que eu buscava implementar isso em sala eu sentia que a professora não gostava muito, pois durante aulas como essas os alunos ficavam mais "livres" para expressar seus sentimentos. No entanto, eu não sempre buscava inovar nas atividades e aplicava o ensino colaborativo em alguns momentos da aula, pesquisava, estudava e desenvolvia. Os alunos adoravam e através desses momentos podíamos desenvolver diversas habilidades (Professora 1).

Apenas a professora 1 expôs sua contribuição referente a essa parte do questionário, e ela aponta uma das barreiras que são enfrentadas para a implementação do Ensino Colaborativo. No seu relato, ela menciona que: “sempre que eu buscava implementar isso em sala eu sentia que a professora não gostava muito”. Alguns profissionais podem acolher esse trabalho colaborativo de forma negativa, o que dificulta sua efetivação nas salas de aula e pode prejudicar diversos alunos que poderiam se beneficiar de um olhar diferenciado naquela realidade.

As autoras Vianna, Mascaro, Maretti e Braun (2015, p. 55) destacam a importância do trabalho colaborativo entre professores da sala de aula comum do ensino regular e profissionais especializados, conforme pode ser observado a seguir:

Essa parceria entre os docentes pode ser uma alternativa “menos artificial” de promover inclusão, pois quando pessoas com necessidades educacionais específicas estão numa turma comum e suas diferenças não são consideradas, terão, na verdade, suas desvantagens evidenciadas. É preciso garantir apoios e diferenciações para que possam aprender, e fazer diferente para garantir a igualdade.

É necessário que os professores compreendam que o Ensino Colaborativo visa auxiliar e complementar as práticas educacionais e inclusivas, envolvendo na avaliação e no planejamento diferentes profissionais da área da educação, para isso é importante rompermos com a ideia de conhecimento baseado apenas por exames, “medido por avaliações e testes que em nada garantem a apropriação, mas dão direito apenas a certificados e diplomas”. (Fialho; Lopes, 2017, p. 81)

Isso permite considerar diferentes perspectivas que um único educador pode não ser capaz de identificar, especialmente, devido à diversidade de alunos em uma sala

de aula. A partir dessa compreensão, em um esforço conjunto, os profissionais podem articular métodos que beneficiem e tragam vantagens para um maior número de alunos, incluindo formas de avaliação.

Em relação à resposta dada pelo Professora 1, mais uma vez observamos um desvio do tema proposto na discussão. A participante menciona sua tentativa de introduzir inovação em sala de aula, fazendo alusão a novas estratégias de ensino que visam potencializar o aprendizado dos alunos. No contexto do ensino colaborativo, ela deliberaria sobre essas propostas junto aos profissionais especializados, buscando identificar estratégias, métodos e recursos eficazes. Essa configuração representaria uma estratégia colaborativa, e não uma mera aplicação de recursos inovadores.

As professoras foram questionadas sobre como relacionam o Ensino Colaborativo na Educação Inclusiva, no desenvolvimento infantil e na aprendizagem. Os resultados podem ser encontrados a seguir.

O ensino colaborativo é uma ótima ferramenta para se trabalhar com o público-alvo da educação inclusiva, nesse viés o professor da sala regular juntamente com o professor da sala de recursos deve estar alinhado com o mesmo propósito, elaborando atividades que não centrem apenas no aluno especial e sim em todos da sala de aula (Professora 1).

Acredito que seja primordial, pois apesar de ter pouco conhecimento sobre o assunto estou sempre aberta para aprender (Professora 2).

Ambas, professoras reconhecem o valor do ensino colaborativo. A professora 1 destaca a importância de trabalhar com o ensino colaborativo dentro de uma abordagem educacional que englobe não apenas alunos com deficiência, mas todos os alunos. Isso é exemplificado pelo trabalho do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) - uma prática na qual os recursos ou

estratégias criadas para um aluno podem beneficiar a todos. Isso fica evidente quando ela menciona "elaborando atividades que não centrem apenas no aluno especial e sim em todos da sala de aula". Isso demonstra compreensão da abordagem inclusiva e indica uma prática efetiva. Conforme afirmam Silva Jr e Dantas (2022, p. 4):

O Desenho Universal da Aprendizagem – DUA é um método considerado recente em escala global, e ainda pouco discutido no Brasil, e pode vir a ser um meio adotado pelas escolas e professores visando atender a todos os estudantes ali matriculados, além de pensado para a inclusão dos alunos do PAEE, oferecendo uma oportunidade baseada na equidade para o desenvolvimento social e cognitivo para todos os alunos.

Por outro lado, a Professora 2 admite ter conhecimento limitado sobre a abordagem, mas reconhece sua importância e demonstra vontade de aprender e aprimorar suas habilidades profissionais para implementá-la de forma eficaz. Como afirmam Mascaro e Redig (2021, p. 72), “emerge a busca por novas referências para a prática pedagógica sustentada nos princípios da igualdade e da diversidade”, que estão dentro da proposta do coensino.

A conscientização dos professores sobre a importância de buscar constantemente novos conhecimentos desempenha um papel fundamental na promoção da educação inclusiva. Através desse compromisso com a aprendizagem contínua, os professores podem adquirir as ferramentas necessárias para adaptar suas práticas pedagógicas e abordagens de ensino, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou características, tenham acesso a uma educação de qualidade. Dentro do contexto do ensino colaborativo, no qual professor da sala de aula comum e profissional especializado trabalham em conjunto, essa conscientização se torna ainda mais crucial

para atender às diversas necessidades dos alunos em sala de aula.

Na última questão colocada aos participantes, foi questionado se, tendo em conta a instituição de ensino onde ambas trabalham, poderiam partilhar exemplos de como se implementa o ensino colaborativo em sala de aula ou em outras atividades educativas.

Sim, fiz uma atividade na sala com tampinhas de garrafa, escrevi o número 5 que estava sendo trabalhado em sala bem grande no chão e juntas as crianças contornaram o número com as tampinhas. Logo após eles conseguirem, eu apaguei o número que eu tinha escrito no chão e pedi para que eles fizessem juntos novamente o número 5 só que agora sem contornar. A atividade foi um sucesso, foi muito interessante como as crianças trabalharam juntas com intuito de conseguir a tarefa (Professora 1)

A acredito que a prática do ensino colaborativo não seja uma realidade da rede privada (Professora 2)

A professora 1 demonstra saber a importância de um ensino com foco nas potencialidades dos alunos e até menciona que envolveu as crianças em um trabalho conjunto: “foi muito interessante como as crianças trabalharam juntas com intuito de conseguir a tarefa.”

A resposta da revela a maneira pela qual ela implementa uma prática lúdica e envolvente, visando à aprendizagem de seus alunos. No entanto, ela não esclarece se contou com o apoio de outros profissionais especializados, dando a entender que seu trabalho foi planejado e realizado de forma isolada. A colaboradora demonstra compreender a importância de um ensino que se concentre nas potencialidades dos alunos e até menciona que envolveu as crianças em um trabalho conjunto: “foi muito interessante como as crianças trabalharam juntas com intuito de conseguir a tarefa”.

Segundo Mascaro e Redig (2021, p. 70), o ensino colaborativo “consiste na articulação entre professor do ensino comum e o da educação especial no planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades pedagógicas de toda a turma”. Entretanto, a profissional indica ter conduzido uma atividade no qual as crianças colaboraram entre si. Essa abordagem aborda o desenvolvimento de habilidades sociais, que pode ser um resultado de uma intenção de trabalho colaborativo, mas não necessariamente reflete uma colaboração sistemática entre os professores ou uma abordagem colaborativa planejada e estruturada.

Por outro lado, a Professora 2 deixa claro que, na realidade da instituição privada onde trabalha, o ensino colaborativo não é uma prática comum. Isso nos leva a considerar que a implementação de certos métodos ou abordagens pode encontrar resistência em algumas escolas, e pode haver várias razões para isso, mas aqui deduzimos que pode ser por falta de conhecimento. O ensino colaborativo, que vem ganhando mais atenção recentemente, pode ainda não ser totalmente compreendido por essas instituições, o que poderia explicar a ausência de sua aplicação nas escolas.

No entanto, no Brasil, o Ensino Colaborativo não está previsto como um serviço obrigatório, sendo o AEE o único modelo de serviço de apoio à inclusão assegurado nos documentos oficiais da política. Além disso, apesar de já existirem pesquisas no Brasil sobre a teoria do Ensino Colaborativo, inicialmente o foco desses estudos concentrou-se na defesa do uso desta estratégia e não nas formas de como implementá-la. Portanto, para além da defesa do uso desta estratégia, é necessário conhecer a realidade do país para averiguar a viabilização para implementá-la (Erben e Mello, 2023, p. 13).

Com base em todas as informações apresentadas até agora, podemos evidenciar

nas falas das professoras uma compreensão do valor do Ensino Colaborativo na Educação Inclusiva. A professora 1 destaca a importância do planejamento com base nas necessidades dos alunos, enquanto a professora 2, embora com conhecimento limitado do assunto, demonstra entender a importância de novas perspectivas para a educação. Isso reforça o compromisso com a educação e a preocupação com práticas inclusivas, mas é fundamental a implementação de ações de aperfeiçoamento profissional que devem partir das esferas governamentais.

É fundamental que esse treinamento não seja superficial, mas substancial e embasado em conhecimentos sólidos. Essa conquista pode ser realizada por meio de cursos de formação inicial, onde os futuros educadores são apresentados a conceitos e técnicas de ensino colaborativo, bem como por meio de programas de desenvolvimento profissional contínuo ao longo de suas carreiras.

Além disso, é vital a compreensão dos educadores sobre a responsabilidade social de educar/ ensinar/ mediar. O ensino colaborativo é uma prática sistemática respaldada por evidências científicas. Portanto, abordagens como coensino exigem uma compreensão profunda dos princípios subjacentes, estratégias envolvidas e melhores práticas para atender às diversas necessidades dos alunos.

Considerações finais

Nas considerações finais deste trabalho, fica claro que a colaboração entre professor da sala de aula comum e profissional especializado por meio do ensino colaborativo, é uma abordagem altamente eficaz para promover a inclusão educacional. A análise das estratégias bibliográficas discutidas demonstra que essa prática não apenas beneficia os alunos com necessidades específicas, mas também enriquece a

experiência educacional de todos os estudantes.

O estudo revela que o ensino colaborativo oferece uma oportunidade para a troca de conhecimentos, habilidades e perspectivas entre educadores de diferentes formações, contribuindo para um ambiente de aprendizagem mais aberto e diversificado. Isso não apenas ajuda a atender às necessidades individuais dos alunos com deficiências, mas também enriquece o ambiente escolar como um todo.

Nessa perspectiva, a investigação teve como objetivo explorar o papel do ensino colaborativo, com o objetivo de demonstrar que a colaboração entre professor da sala de aula comum e profissional especializado pode ser uma estratégia altamente eficaz para um ensino personalizado que atenda às necessidades dentro do ambiente escolar. Por meio do questionário, foram coletadas respostas sobre o ensino colaborativo de duas professoras. Uma de escola pública e outra de escola particular, as falas das professoras revelaram uma compreensão inicial do valor do Ensino Colaborativo na Educação Inclusiva, embora com alguns desafios em acolher e acomodar as diferenças. Embora o conceito esteja ganhando força com o aumento das matrículas do público alvo da educação inclusiva, já está beneficiando a educação de indivíduos e o trabalho do professor em outros países.

Os resultados evidenciam uma prática que ainda merece um estudo aprofundado e deve ser integrada tanto nos programas de formação inicial de professores quanto no desenvolvimento profissional contínuo. Uma das professoras entrevistadas demonstrou não compreender ou dominar o tema ao detalhar seu trabalho, enfatizando a promoção da socialização infantil como ensino colaborativo. Embora essa possa realmente ser uma das estratégias do ensino colaborativo o estudo enfatiza que o ensino colaborativo eficaz requer uma compreensão profunda de seus princípios subjacentes,

estratégias para prática aprimorada e objetivos de longo prazo. Isso sugere que mais atenção é necessária para compreender todo o potencial do ensino colaborativo e sua implementação adequada na educação.

É importante notar que o sucesso do ensino colaborativo não depende apenas da boa vontade dos educadores, mas também requer um ambiente de apoio mútuo, uma vez que a gestão escolar desempenha um papel fundamental ao estar aberta a formação e incentivos para a implementação eficaz dessa abordagem. Além disso, a sensibilização e o envolvimento dos pais e da comunidade são fatores essenciais para fortalecer a colaboração entre os educadores.

No entanto, fica claro que a implementação do ensino colaborativo também enfrenta desafios. A necessidade de cursos de formação que abordem essa temática, de capacitação contínua, são alguns dos obstáculos a serem superados, os benefícios substanciais que essa abordagem traz para o desenvolvimento acadêmico, emocional e social dos alunos fazem com que seja possível enfrentar esses desafios.

Diante disso, é evidente que o ensino colaborativo não é apenas uma estratégia eficaz, mas também uma abordagem necessária para uma educação inclusiva de qualidade. Ao trabalhar juntos, professores da sala de aula e profissionais especializados têm o poder de criar um ambiente onde cada aluno é valorizado, respeitado e apoiado em seu processo de aprendizagem. Essa colaboração não só promove o sucesso acadêmico, mas também contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, empáticos e preparados para enfrentar os desafios do mundo diversificado em que vivemos. Portanto, é fundamental que as instituições educacionais continuem a investir na promoção e fortalecimento dessa abordagem colaborativa, visando uma educação mais inclusiva e equitativa para todos, fica como sugestão a necessidade de uma pesquisa ação com objetivo de verificar

na prática os benefícios do ensino colaborativo.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 05 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação. **Nota Técnica SEESP/GAB. n.º 19**, de 8 de setembro de 2010, destinado aos profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais matriculados nas escolas comuns da rede públicas de ensino. Disponível em: <https://lepedi-ufrrj.com.br/wp-content/uploads/2020/09/Nota-t%C3%A9cnica-n%C2%BA.-19-Profissionais-de-apoio.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha, 1994, Salamanca-Espanha.

ERBEN, Endhyel; DE MELLO, Kelen Berra. Um estudo sobre as políticas públicas que dão suporte ao Ensino Colaborativo em países como Estados Unidos, Itália e Brasil. **Revista Educação Especial**, v. 36, n. 1, p. e10/1-20, 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAZZINOLI, Raquel Xavier. **Ensino Colaborativo no município de Juiz de Fora**: Um estudo de caso. Orientador: Fabio

Camargo Bandeira Villela. 2022. 101 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – PROFEI, Departamento de Educação, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/238327> acesso em 10 de jul. 2023.

MASCARO, Cristina Angélica; REDIG, Annie Gomes. Estudantes com deficiência intelectual na escola contemporânea: Práticas pedagógicas exitosas. **Revista Teias**, [S.l.], v. 22, n. 66, p. 66-79, ago. 2021. ISSN 1982-0305.

MORESI, E. (org.). **Metodologia da Pesquisa**. 1.ed. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2003. 108p.

PONTIS, Marco. **Autismo: o que fazer e o que evitar**: Guia rápido para professores do Ensino Fundamental. Editora Vozes, 2022. 160p.

RODRIGUES (Org.). **Docência e formação**: percursos e narrativas.1. ed. Fortaleza: EdUECE, 2017. 198p.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; SILVA, Maria Kélia da. Do que se fala quando se diz ensino de qualidade? Considerações a partir da perspectiva docente. In: FIALHO, Lia Machado Fiuza; LOPES, Tânia Maria Rodrigues (Org.). **Docência e formação**: percursos e narrativas. 1. ed. Fortaleza: EdUECE, 2017. 198p.

SILVA JR, Agenor Sousa; DANTAS, Ianka da Silva. O Desenho Universal da Aprendizagem-DUA: uma ferramenta de inclusão na Educação Infantil. **Ensino em Perspectivas**, v. 3, n. 1, p. 1-6, 2022.

SILVEIRA, Denise; CORDOVA, Fernando. A pesquisa científica. In: GERHARDT,

Tatiana; SILVEIRA, Denise (org.). **Métodos de Pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 33-44.

TEIXEIRA, N. F. Metodologias de pesquisa em educação: possibilidades e adequações. **Caderno pedagógico**. Lajeado: v. 12, n. 2, p. 7-17, 2015.

VIANNA, Márcia Marin *et al.* Inclusão escolar sob o viés do ensino colaborativo: uma experiência em três instituições públicas. **e-Mosaicos**, v. 4, n. 7, p. 52-62, 2015.

VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 95, p. 139-151, 2014.